



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
Campus Alta Floresta
Coordenação de Compras

Termo de Referência
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023
(Processo Administrativo nº 23747.001436.2022-10)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção de sistema de captação e armazenamento de imagens (CFTV), em forma de locação, para atender ao IFMT – Campus Alta Floresta:

Item	Unid.	Qtde	Descrição	Valor de Referência	
				Valor Unit. Mensal Estimado R\$	Valor Anual Total Estimado R\$
01	Serviço Mensal	12(meses)	Contratação de empresa especializada para locação de 52 (cinquenta e duas) câmeras de monitoramento, bem como realização de instalação e manutenção (preventiva e corretiva) de sistema de captação e armazenamento de imagens (CFTV), em forma de locação, para atender ao IFMT – Campus Alta Floresta.	R\$ 5.599,65	R\$ 67.195,80
				TOTAL	R\$ 67.195,80

1.2. Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção (preventiva e corretiva) de sistema de captação e armazenamento de imagens (CFTV), por meio de Pregão Eletrônicos, Lei n. 10.520/2002 subsidiariamente, Lei n. 8.666/93 e suas alterações, objetivando o atendimento da demanda advinda do Departamento de Administração e Planejamento do IFMT - Campus Alta Floresta.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum

1.4. O quantitativo do item é o discriminado na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O Prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, com base no artigo 57, IV, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O campus Alta Floresta possui a necessidade de locar equipamentos especializados de "câmeras de vigilância" de alta qualidade, efetuando o registro das imagens para o efetivo monitoramento da unidade e aumento da segurança da comunidade acadêmica nas dependências da instituição.

2.2. Ressalta-se, também, que os serviços de monitoramento são essenciais para a preservação do patrimônio público, tendo em vista a necessidade de construir um sistema de monitoramento eficiente, que proporcione segurança aos servidores, discentes e usuários envolvidos, assim como, ao patrimônio público sob a guarda desta Administração.

2.3. A Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de monitoramento eletrônico, justifica-se

pela necessidade de fortalecer o sistema de segurança nas áreas consideradas estratégicas do IFMT - Campus Alta Floresta, dotando-as de capacidade de impedir, senão, inibir qualquer ação indesejada contra o acervo patrimonial da Instituição, além de dispor de maior segurança aos servidores, discentes e usuários em geral.

2.4. Por todo o exposto, considerando a necessidade do adequado monitoramento do Campus, bem como que o contrato nº 05/2019 de locação, decorrente do pregão eletrônico nº 02/2019 se encerrou no dia 11.12.2022, se faz necessária a realização de novo procedimento de licitação, justifica-se a presente demanda a fim de que sejam realizados os procedimentos para efetivação do procedimento de publicação de licitação.

2.5. A presente locação visa proporcionar o suporte para o monitoramento de ambientes a partir da captura de imagens por meio de 52 (cinquenta e duas) câmeras instaladas em locais estrategicamente selecionados.

2.6. Deste modo, a locação das câmeras de alta qualidade buscarão inibir iniciativas mal-intencionadas nos diversos ambientes do campus, sobretudo quando se trata de segurança patrimonial, além de proporcionar maior segurança para a comunidade acadêmica, uma vez que os equipamentos realizarão o registro de forma contínua.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de fornecimento e instalação de sistema de captação e armazenamento de imagens (CFTV), em forma de locação, para atender ao IFMT – Campus Alta Floresta.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. A natureza dos objetos a serem contratados neste termo de referência é considerada comum por motivo de que seus padrões de desempenho e qualidade puderam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4.5. A presente contratação não se fará necessária a realização de qualquer tipo de serviço de engenharia, visto que a Sede do Campus já dispõe de toda infraestrutura de cabeamento necessária para a instalação do sistema. Portanto, o serviço a ser licitado, em hipótese alguma, constitui serviço de engenharia.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.1. Prestação dos serviços de monitoramento eletrônico em todos os pontos estratégicos e necessários do prédio do IFMT – Campus Alta Floresta.

5.1.2. Prestação dos serviços de monitoramento com fornecimento dos equipamentos (câmera, servidor, nobreaks), o que implica vantagem para a Administração.

5.1.3. Prestação dos serviços com pagamento mensal pela locação dos equipamentos instalados no IFMT – Campus Alta Floresta.

5.2. Definição e Justificativas da natureza continuada do serviço:

5.2.1 O serviço de monitoramento é de natureza continuada, nos termos do Art. 1º da Portaria IFMT nº 195/2016, uma vez que a sua interrupção pode comprometer seriamente a integridade do patrimônio da Instituição, bem como a segurança dos usuários dos serviços prestados pelo Campus.

5.3. Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

5.3.1 A contratação em tela terá vigência de 12 (doze) meses, com previsão a contar do mês de março de 2023, podendo ser prorrogada até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, desde que observado os requisitos legais e regulamentares.

5.4. Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

5.4.1. Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual.

5.5 Identificação das soluções de mercado que atendem aos requisitos especificados:

5.5.1. O mercado de fornecedores na área de monitoramento eletrônico é bastante restrito, e atualmente mostra-se mais concentrado em grandes centros.

5.6. O modelo de prestação de serviços requer a contratação de uma empresa especializada que forneça os equipamentos de monitoramento eletrônico, a coleta e armazenamento das imagens e a manutenção dos equipamentos e outros eventuais reparos necessários para garantir a qualidade dos serviços e atender a demanda da Administração.

5.7. No contexto atual do IFMT – Campus Alta Floresta, não se faz necessária a contratação do serviço de monitoramento remoto das imagens, uma vez que tal função será desempenhada pelos agentes de portaria já contratados pela Unidade.

5.8. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste instrumento, em tópico próprio.

5.9. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria minuciosa nas instalações do local de execução dos serviços IFMT - Campus Alta Floresta para que tenham conhecimento da necessidade de instalação de equipamentos às suas expensas, das condições ambientais e técnicas e adquiram parâmetros para elaboração das propostas. O agendamento da vistoria deverá ser feito com no mínimo 48h de antecedência, em dias úteis, devendo o agendamento ser efetuado previamente através do e-mail gabinete.alf@ifmt.edu.br acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, no horário local do Mato Grosso.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.6. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável (Modelo de Termo de Vistoria - ANEXO A);

OU

6.7. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), (Declaração de não Realização de Visita Técnica ANEXO B).

6.8. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 Orientações Gerais:

7.1.1.1. Todos os equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços de monitoramento eletrônico serão fornecidos em regime de locação e instalados pela Contratada.

7.1.1.2. Findada a vigência do contrato, os equipamentos cedidos em locação deverão ser desinstalados e

retidos pela Contratada em até 15 (quinze) dias, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

7.1.1.3. A Contratante deverá conservar os equipamentos, não podendo usá-los senão de acordo com o contrato ou a natureza deles, sob pena, de responder por perdas e danos.

7.1.1.4. A Contratante não disponibilizará veículos, equipamentos ou qualquer outro material necessário à execução dos serviços contratados. Será fornecida somente energia elétrica para funcionamento dos equipamentos instalados nas respectivas Unidades.

7.1.1.5. Após a finalização dos serviços de instalação, os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza.

7.1.2. Montagem, instalação e configuração:

7.1.2.1. Faz parte do escopo dos serviços a montagem, instalação e configuração de equipamentos, dispositivos, módulos, painéis e acessórios necessários ao perfeito funcionamento do sistema eletrônico de segurança, inclusive a parametrização de softwares de gerenciamento e controle remoto, via internet.

7.1.2.2. A montagem e instalação contempla as atividades de fixação e interligação de quadros e painéis, a preparação dos pontos de alimentação elétrica e sinalização de dados, bem como a instalação física dos equipamentos e respectivos módulos, componentes e acessórios.

7.1.2.3. A configuração consiste em ajustes nos equipamentos, módulos, estruturas e softwares aplicativos que busquem efetivar a instalação da solução com a qualidade desejada, em conformidade com especificações técnicas exigidas neste Instrumento.

7.1.2.4. Os sistemas de CFTV deverão ser programados conforme interesse do IFMT – Campus Alta Floresta.

7.1.2.5. Os trabalhos de montagem e instalação dos sistemas deverá ocorrer no horário de 07h30min às 17h30min de segunda a sexta-feira.

7.1.2.6. Os serviços de instalação também compreendem eventual desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local, decorrentes de alteração interna de “layout” de setores da Contratante.

7.1.3. Equipamentos, módulos, materiais, acessórios, softwares e aplicativos:

7.1.3.1. Somente serão aceitos equipamentos, peças, acessórios e ferramentas compatíveis com a aplicação a que se destinam.

7.1.3.2. Serão recusados pela Fiscalização os materiais que se encontrem fora das especificações aprovadas.

7.1.3.3. Quando se fizer necessário e imprescindível a mudança nas especificações ou substituição de algum material por seu equivalente, por iniciativa da Contratada, esta apresentará solicitação escrita, minuciosamente justificada, além de catálogos e ensaios técnicos emitidos por laboratório qualificado.

7.1.3.4. Entende-se por equivalente o material ou equipamento que tem a mesma função e o mesmo desempenho técnico do indicado e aprovado pelo IFMT – Campus Alta Floresta no memorial descritivo. As solicitações serão feitas em tempo hábil para que não venha prejudicar o andamento dos serviços e não dará causa a possíveis prorrogações de prazo de instalação do sistema.

7.1.3.5. Compete ao servidor do IFMT – Campus Alta Floresta designado para acompanhar os serviços decidir a respeito da substituição de equipamentos e materiais

7.1.3.6. Os equipamentos, módulos e acessórios utilizados deverão ser de procedência legal.

7.1.3.7. Os softwares e aplicativos utilizados nos sistemas devem estar em conformidade com a legislação vigente e, devidamente licenciados pelo fabricante, quando for preciso, nas quantidades necessárias aos equipamentos fornecidos.

7.1.4. Sistema de monitoramento por circuito fechado de TV Digital (CFTV):

7.1.4.1. Compreende a prestação dos serviços de instalação, gravação, transmissão de imagens de câmeras, assistência técnica, manutenção e gerenciamento de CFTV.

7.1.4.2. As câmeras deverão ser instaladas de modo a possibilitar a gravação dos acessos de todas as entradas e saídas externas do IFMT – Campus Alta Floresta, calçadas, garagem, muros e recepção, bem como corredores de acesso interno, salas e locais de acesso ao público, podendo, durante o decorrer da contratação, haver alterações de locais, a critério da Fiscalização, dentro do número de câmeras contratado

7.1.4.3. Os registros das câmeras deverão ser capturados e digitalizados com data e hora, comprimidos e

guardados no HD (disco rígido) de um DVR no formato de arquivos de vídeo para posterior observação.

7.1.4.4. O sistema deverá manter armazenadas as imagens capturadas pelas câmeras referentes aos últimos 30 (trinta) dias, no mínimo.

7.1.4.5. O sistema CFTV, objeto deste Termo, deverá ter altíssima qualidade de gravação dos arquivos, grande velocidade de captura de imagens por segundo, facilidade em se assistir às gravações, com a opção de realizar backup's em DVD ou outro dispositivo de armazenamento de dados portátil USB.

7.1.4.6. Nos ambientes internos ou externos, controlados por câmeras de vídeo, deverão ser afixadas placas informativas com os seguintes dizeres: "O AMBIENTE ESTÁ SENDO FILMADO. AS IMAGENS SÃO CONFIDENCIAIS E PROTEGIDAS NOS TERMOS DA LEI".

7.1.4.7. As placas deverão ser afixadas de maneira a permitir sua perfeita visualização pelo público, nos pontos de entrada e de saída dos ambientes, e ter as seguintes características: (i) dimensões mínimas de 30 (trinta) por 30 (trinta) centímetros; (ii) letras grafadas na cor preta sobre fundo amarelo.

7.1.5 Assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva:

7.1.5.1. A manutenção preventiva e corretiva visa manter o sistema em condições normais de funcionamento e compreende: manutenção do bom estado de conservação dos equipamentos; substituição de peças ou componentes; modificações necessárias com o intuito de atualização dos aparelhos e módulos; limpeza, regulagem, inspeção e simulação de testes; entre outras ações que garantam a operacionalidade dos sistemas.

7.1.5.2. Os serviços de assistência técnica compreendem o suporte aos usuários da Contratante na utilização das funções e recursos do sistema, bem como o atendimento quando da ocorrência de problemas ou panes de funcionamento.

7.1.5.3. A assistência técnica, as manutenções preventivas e corretivas serão permanentes, durante toda a vigência do Contrato, e de inteira responsabilidade da Contratada, inclusive quanto ao fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e componentes necessário às manutenções.

7.1.5.4. A Contratada compromete-se a efetuar a substituição, troca, reparação, reconstrução, às suas expensas, no total ou em parte, caso ocorram vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou dos serviços de montagem e instalação executados.

7.1.5.5. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por técnico(s) especializado(s) da Contratada quando necessário ou quando solicitado pela Fiscalização do contrato.

7.1.5.6. A **manutenção preventiva** deverá ser realizada mensalmente ou a qualquer tempo, quando necessário, em **até 6 horas** após chamado telefônico ou meio eletrônico.

7.1.5.7. A **manutenção corretiva** deverá ser realizada em **até 2 horas**, após o chamado telefônico ou por meio eletrônico.

7.1.5.8. A Contratada deverá realizar **mensalmente** os seguintes procedimentos mínimos em cada visita de manutenção preventiva, emitindo ao final dos serviços relatório circunstanciado contendo os procedimentos executados, os ajustes e/ou inspeções realizadas, bem como as alterações encontradas no sistema:

7.1.5.8.1. Limpeza no sistema de CFTV, em especial na parte externa, lente e visor das câmeras.

7.1.5.8.2. Verificação dos conectores, das tensões de alimentação, da instalação física (suporte e fixação), das imagens quanto a interferências, ajuste de foco, contraste, cores, enquadramento, conexões e ajustes de imagem, entre outros.

7.1.5.9. Na ocorrência de falhas que resultarem em perda das funções básicas do Sistema de CFTV, a Contratada deverá providenciar, de imediato, o restabelecimento do sistema, inclusive, em horários noturnos, e aos sábados, domingos e feriados.

7.1.5.10. A Contratada deverá realizar, sem nenhum ônus adicional para a Contratante, atualizações (substituições) dos equipamentos e materiais fornecidos em locação, sempre que as tecnologias dos mesmos encontrarem-se desatualizadas em relação ao mercado, fornecendo novos equipamentos e/ou materiais no lugar daqueles.

7.2. A execução dos serviços será iniciada no **prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da data da assinatura do Termo de Contrato.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

8.1.1. A empresa contratada ficará sujeita a providenciar demais equipamentos e materiais não elencados mas que sejam necessários para atingir o objeto.

8.1.2. A Contratada deverá informar um detalhamento dos custos dos materiais e equipamentos, a fim de balizar ou parametrizar eventuais pedidos de reequilíbrio financeiro, aditivo ou indenização dos materiais e equipamentos não restituídos ou danificados/furtados/roubados. Para o preenchimento do detalhamento, consta no Modelo de Proposta de Preço (Anexo III) do edital.

8.1.3. Os custos desses materiais não serão utilizados como referência à contratação. Segue abaixo equipamentos a serem disponibilizados:

Itens à serem disponibilizados ao IFMT – Campus Alta Floresta em regime de locação.			
ITEM	DESCRIÇÃO (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA)	UN	QTDA
1	DVR 16 CANAIS TURBO HD 4.0 5 EM 1 3MP DS- 7216HQHI-K1 (Referência Hikvision ou equivalente)	UN	4
2	DVR 08 CANAIS TURBO HD 4.0 5 EM 1 3MP DS- 7208HQHI-K1 (Referência Hikvision ou equivalente)	UN	1
3	HD 6TB SATA 3,5" 7200RPM (Referência WESTERN DIGITAL PURPLE Ou equivalente)	UN	4
4	HD 4TB SATA 3,5" 7200RPM (Referência WESTERN DIGITAL PURPLE Ou equivalente)	UN	1
5	FORNECEDOR DE ALIMENTAÇÃO IMPORTADA 12V 10A VENTILADA	UN	6
6	PLUG FAME 2P + T 10A MACHO 1729	UN	5
7	PLUG FAME 2P + T 10A FEMEA	UN	1
8	RACK DESMONTAVEL 8U 570MM (Referência INTELBRAS ou equivalente)	UN	1
9	CAMERA BULLET FULL HD 62660F 1/3 2,8MM A 12MM (Referência VENETIAN ou equivalente)	UN	10
10	RACK 6U P450 FIBRACEM	UN	3
11	CAMERA BULLET 720P DS-2CE16DOT-VFIR40-3F/CKD 2.8-12MM (Referência Hikvision ou equivalente)	UN	9
12	CAMERA BULLET 2MP THC-B127-P 30M COLORVU (Referência HILOOK ou equivalente)	UN	8
13	CAMERA BULLET 40MTS 4X1 1080P 2,8MM 12MM VF- DS-2CE16DOTIRPF (Referência Hikvision ou equivalente)	UN	25
14	RACK OUTDOOR 12U P450 (Referência INTELBRAS ou equivalente)	UN	1
15	BANDEJA FIXA 19" X250 PRETA	UN	2
16	NOBREAK NET STATION II 600VA BIVOLT (Referência SMS ou equivalente)	UN	3
17	NOBREAK XNB 720VA BIVOLT (Referência INTELBRAS ou equivalente)	UN	2
18	TOMADA EXT. TRIPLA 10A 127V	UN	4
19	ROTEADOR APC 5M-18 WIRELESS CPE 5GHZ 18DBI (Referência INTELBRAS ou equivalente)	UN	1
20	ROTEADOR APC 5M-90 WIRELESS(BASE) 5GHZ 18DBI (Referência INTELBRAS ou equivalente)	UN	1
OBS: Os equipamentos serão instalados pela LOCADORA, e receberão manutenção pelos técnicos da LOCADORA quando houver solicitação por parte do LOCATÁRIO, inclusive relativo a peças de reposição necessária.			

8.1.4. Segue abaixo algumas especificações técnicas detalhadas dos equipamentos relacionados nos itens 01, 02, 03, 04, 09, 11, 12 e 13 acima:

Item 01- Turbo HD DVR 7216hqi-k1 (Referência Hikvision ou equivalente)	
	suporta entrada HDTVI: 4 MP, 3 MP, 1080p30, 1080p25,

Tipos de câmera suportados:	720p60, 720p50, 720p30, 720p25 Nota: A entrada de sinal de 3 MP está disponível apenas para o canal 1 do DS-7204HQHI-K1, para o canal 1/2 do DS-7208HQHI-K1 e para o canal 1/2/3/4 do DS-7216HQHI-K1. Suporte de entrada AHD: 4 MP, 1080p25, 1080p30, 720p25, 720p30 Suporte para entrada CVI: 4 MP, 1080p25, 1080p30, 720p25, 720p30 Suporte de entrada CVB
Interface de entrada de vídeo	BNC (1,0 Vp-p, 75Ω)
Interface de entrada de áudio:	RCA (2,0 Vp-p, 1 kΩ)
Taxa de quadros:	Interface de entrada de áudio Corrente principal: Quando o modo 1080p Lite não está ativado: Para acesso a fluxo de 4 MP: 4 MP lite @ 15fps; 1080p lite / 720p / WD1 / 4CIF / VGA / CIF a 25 fps (P) / 30 fps (N) Para acesso a fluxo de 3 MP: 3 MP / 1080p / 720p / VGA / WD1 / 4CIF / CIF a 15fps Para acesso ao fluxo de 1080p: 1080p a 15fps; 720p / VGA / WD1 / 4CIF / CIF a 25 fps (P) / 30 fps (N) Para acesso ao fluxo de 720p: 720p / VGA / WD1 / 4CIF / CIF a 25 fps (P) / 30 fps (N) Quando o modo 1080p Lite está ativado: 4 MP Lite / 3 MP @ 15fps; 1080p lite / 720p lite / VGA / WD1 / 4CIF / CIF a 25 fps (P) / 30 fps (N): RCA (2,0 Vp-p, 1 kΩ)
Interface de rede:	1; 10M / 100M / 1000M self-adaptive Ethernet interface
Interface USB	1 USB 2.0 Interface & 1 USB 3.0 Interface
Serial Interface:	1; standard RS-485 serial interface, half-duple
Network management	
Remote connection:	128
Network protocols	TCP/IP, PPPoE, DHCP, Hik-Connect, DNS, DDNS, NTP, SADP, NFS, iSCSI, UPnP, HTTPS, ONVIF

Item 02 - DVR 08 Canais Turbo HD 4.0 5 em 1 3MP DS- 7208HQHI-K1 - (Referência Hikvision ou equivalente)	
Gravação	
Compressão De Vídeo	H.265 Pro+/H.265 Pro/H.265/H.264+/H.264
Resolução De	Quando o modo 1080p lite não está ativado: ,4 MP lite/3
Codificação	MP/1080p/720p/VGA/WD1/4CIF/CIF,Quando o modo 1080p Lite está ativado: ,4 MP lite/3 MP/1080p lite/720p lite/VGA /WD1/4CIF/CIF,
Taxa De Quadros	Main stream:,Quando o modo 1080p Lite não está ativado: ,Para acesso ao stream de 4 MP:;4 MP lite@ 15fps; 1080p lite/720p/WD1/4CIF/VGA/CIF@ 25fps (P)/30fps (N) ,Para acesso de fluxo de 3 MP: 3 MP/1080p/720p/VGA/WD1/4CIF/CIF@ 15fps,Para acesso de fluxo de 1080p : ,1080p/720p@ 15fps; VGA/WD1/4CIF/CIF@ 25fps (P)/30fps (N),Para acesso a stream 720p: 720p/VGA/WD1/4CIF/CIF@ 25fps (P)/30fps (N),Quando o modo 1080p Lite ativado: , 4 MP lite/3 MP a 15 fps; 1080p lite/720p lite/VGA/WD1/4CIF/CIF@ 25fps (P)/30fps (N),Sub-stream: ,WD1/4CIF@ 12fps; CIF@ 25fps (P)/30fps (N),Subtransmissão: ,WD1/4CIF@ 12fps; CIF@ 25fps (P)/30fps (N)
Taxa De Bits De Vídeo	32 Kbps a 6 Mbps
Fluxo Duplo	Apoio, suporte
Tipo De Transmissão	Vídeo, vídeo e áudio
Compressão De Áudio	G.711u
Taxa De Bits Do Áudio	64 Kbps
Vídeo E Áudio	
	4 canais (até 12 canais) Resolução de até 6 MP Compatível com

Entrada De Vídeo IP	câmeras IP H.265+/H.265/H.264+/H.264
Entrada De Vídeo	Interface BNC de 8 canais (1,0 Vp-p, 75 Ω), suportando conexão coaxitron
Entrada AHD	4 MP, 1080p25, 1080p30, 720p25, 720p30
Entrada HDCVI	1080p25, 1080p30, 720p25, 720p30
Reprodução Síncrona	8-ch
Entrada HDTVI	4 MP, 3 MP, 1080p30, 1080p25, 720p60, 720p50, 720p30, 720p25,*: A entrada de sinal de 3 MP está disponível apenas para o canal 1 do DS-7204HQHI-K1, para o canal 1/2 do DS-7208HQHI-K1, e para o canal 1/2/3/4 do DS-7216HQHI-K1.,
Rede	
Conexões Remotas	64
Protocolos De Rede	TCP/IP, PPPoE, DHCP, Hik-Connect, DNS, DDNS, NTP, SADP, NFS, iSCSI, UPnP™, HTTPS, ONVIF
Interface De Rede	1, interface Ethernet auto-adaptável RJ45 10M/100M
Interface Auxiliar	
HORAS	1 interface SATA
Capacidade	Até 10 TB de capacidade para cada disco
Alarme Dentro/Fora	N / D
Interface USB	2 × USB 2.0
Interface Serial	RS-485 (meio duplex)
Geral	
Fonte De Alimentação	2 VCC
Temperatura De Trabalho	-10 °C a +55 °C (+14 °F a +131 °F)

Item 03 - HD 6TB SATA 3,5" 7200RPM (Referência WESTERN DIGITAL PURPLE Ou equivalente)	
Armazenamento:	6 TB
Fator de forma de disco rígido:	3.5 Polegadas
Formato avançado / Cumpre as normas RoHS	
Recursos do produto:	
Câmera suportadas:	Até 64
Compartimentos para unidade suportados:	16
Desempenho:	Taxa de transferência da interface (máx)
Buffer para host:	6 Gb/s
Host para/desde drive (mantido):	175 MB/s
Cache (MB):	256

Item 04 - HD 4TB SATA 3,5" 7200RPM (Referência WESTERN DIGITAL PURPLE Ou equivalente)	
Capacidade formatada:	4 TB
Fator de forma:	3.5 polegadas
Câmera suportadas:	Até 64
Recursos do produto:	
Câmera suportadas:	Até 64
Numero máximo de compartimentos para unidades suportado:	8+
Desempenho:	Cache: 64 MB
Classe de desempenho:	Classe de 7200 RPM

item 09 - Câmera Full Hd 62660f 1/3 Bullet (Referência VENETIAN ou equivalente)	
NCM:	8525.80.19
Tecnologia:	Analógica HDTV
Acesso Remoto na Nuvem:	Sim - Através do DVR
Tipo de Câmera:	Bullet
Dynamic Range:	Não Informado
Material:	Plástico
Cor:	Branca
Sensor de Imagem:	CMOS 1/3 (960p) 1.3 Mp
Grau de proteção:	Ambiente Interno e Externo (IP66)
Distância Focal:	2,8 mm
Resolução:	720p (HD)
Ambiente Recomendado:	Interno/Externo
Zoom Ótico:	Não se aplica
Detecção de Movimento:	Não se aplica
Máscara de Privacidade:	Não informado
Smart IR:	Suportado
White Balance:	Não se aplica
OSD Menu:	Não informado
Conectividade:	Cabo coaxial
Consumo:	Max. 4W
Temperatura de Operação:	-30°C a 50°C
Umidade de Operação:	Umidade inferior a 90% (sem condensação)
Peso:	400g

Item 11 - CAMERA BULLET 40MTS 4X1 1080P 2,8MM 12MM VF- DS-2CE16DOTIRPF (Referência Hikvision ou equivalente)	
Sensor de imagem:	2 MP CMOS
Resolução Máx:	1920 (H) × 1080 (V)
Iluminação Mínima:	0,01 Lux (F1.2, AGC ON), 0 Lux com IR
Ajuste De Ângulo: Pan:	Movimento horizontal: 0 até 360°, Movimento vertical: 0 até 90°, Rotação 0 até 360°.
Sistema De Sinal:	PAL/NTSC
Lentes:	2,8mm a 12mm
Tipo de Lente:	Lente fixa de 2.8 mm, 3.6 mm, 6 mm
Campo de visão(FOV):	2.8 mm, FOV horizontal: 106.4°, FOV vertical: 57.9°, FOV, diagonal: 124.6°; 3.6 mm, FOV horizontal: 79.6°, FOV vertical: 43.5°, FOV diagonal: 93.7°; 6 mm, FOV horizontal: 51.9°, FOV vertical: 30°, FOV diagonal: 58.8°
Alcance visão noturna	40 metros
Imagem:	
Tipo de case	Bullet
Resolução da imagem	2mp - Full HD 1080p
Taxa De Quadros	TVI: 1080P@ 30fps, 1080P@ 25fps; CVI: 1080P@ 30fps, 1080P@ 25fps; AHD: 1080P@ 30fps, 1080P@ 25fps; CVBS: PAL/NTSC
Modo Dia/Noite	Automático/Cor/BW (Preto e branco)
Ampla Faixa Dinâmica	Digital WDR
Balanço De Branco	Automático/Manual
Interface:	
Saída de Vídeo:	TVI/AHD/CVI/CVBS comutável

Geral:	
Material:	Plástico
Condição Operacional:	-40 °C até 60 °C (-40 °F até 140 °F), umidade 90% ou menos (não condensada)
Fonte de Alimentação:	12 VDC ± 25%
Consumo:	Máx. 2.2 W
Alcance De IR	até 25m
Aprovação	
Proteção:	IP67

Item 12 - Câmera Bullet 2MP THC-B127-P 30M colorvu (Referência HILOOK ou equivalente)	
Sensor de imagem:	CMOS de 2 MP
Resolução Máx:	1920x1080
Iluminação Mínima:	0,01 Lux (F1.2, AGC ON), 0 Lux com IR
Tempo Do Obturador:	1/25 (1/30) s a 1/50.000 s
Grava colorido:	Dia e Noite 24/7
Ajuste De Ângulo: Pan:	0° a 360°, Inclinação: 0° a 180°, Rotação: 0° a 360°
Sistema De Sinal:	PAL/NTSC
Lentes:	
Tipo de Lente:	2,8 mm
Distância Focal e FOV:	92° (2.8 mm)
Montagem da Lente:	M12
Imagem:	
Configurações de Imagem:	Nitidez, Contraste, Ganho de Cor, DNR
Ampla Alcance Dinâmico (WDR):	DWDR
Aprimoramento da Imagem:	BLC
AGC:	Alto/Médio/Baixo/Desligado
Detecção:	Detecção De Suplemento (PIR)
Alcance PIR:	Até 20m
Interface:	
Saída de Vídeo:	TVI/AHD/CVI/CVBS comutável
Geral:	
Material:	Plástico
Dimensões aproximadas:	165 mm x 62 mm x 58 mm
Peso:	150g
Condição Operacional:	-40 °C a 60 °C, Umidade: 90 por cento ou menos (sem condensação)
Fonte de Alimentação:	12 VCC
Consumo:	Máx. 4 W
Aprovação	
Proteção:	IP66

Item 13 - CAMERA BULLET 40MTS 4X1 1080P 2,8MM 12MM VF- DS-2CE16DOTIRPF (Referência Hikvision ou equivalente)	
Sensor de imagem:	2 MP CMOS
Resolução Máx:	1920 (H) × 1080 (V)
Iluminação Mínima:	0,01 Lux (F1.2, AGC ON), 0 Lux com IR
Tempo Do Obturador:	1/25 (1/30) s a 1/50.000 s
Grava colorido:	Dia e Noite 24/7
Ajuste De Ângulo: Pan:	0° a 360°, Inclinação: 0° a 180°, Rotação: 0° a 360°

Sistema De Sinal:	PAL/NTSC
Lentes:	
Tipo de Lente:	2.8 mm, 3.6 mm, 6 mm Lente fixa
Focal Length & FOV	2.8 mm, horizontal FOV: 101°, vertical FOV: 60°, diagonal FOV: 122° 3.6 mm, horizontal FOV: 79.6°, vertical FOV: 43.5°, diagonal FOV: 93.7° 6 mm, horizontal FOV: 51.9°, vertical FOV: 30°, diagonal FOV: 58.8°
Montagem da Lente:	M12
Imagem:	
Interruptor De	STD/ALTO-SAT
Configurações De Imagem:	Brilho, Nitidez, Smart IR
Taxa De Quadros	TVI: 1080P@ 30fps, 1080P@ 25fps CVI: 1080P@ 30fps, 1080P@ 25fps AHD: 1080P@ 30fps, 1080P@ 25fps CVBS: PAL/NTSC
Modo Dia/Noite	Automático/Cor/BW (Preto e branco)
Ampla Faixa Dinâmica	Digital WDR
Balanço De Branco	Automático/Manual
Interface:	
Saída de Vídeo:	TVI/AHD/CVI/CVBS comutável
Geral:	
Material:	Plástico
Dimensões aproximadas:	70 mm × 137,8 mm (2,76" × 5,43")
Peso:	Aproximadamente. 150 g (0,33 libras)
Condição Operacional:	-40 °C a 60 °C, Umidade: 90 por cento ou menos (sem condensação)
Fonte de Alimentação:	12 VCC ± 25%
Consumo:	Máx. 2,2 W
Alcance De IR	até 20m
Aprovação	
Proteção:	IP67

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. O Campus Alta Floresta já dispõe da infraestrutura de cabeamento para a instalação dos equipamentos, não sendo necessária a realização da contratação desses serviços, ou muito menos que os mesmos sejam computados no levantamento do valor a ser pago pela locação.

9.1.1.1. Os cabos coaxial beta estão passados através dos eletrodutos e ligados por meio de condutele, todos os materiais da infraestrutura estão devidamente instalados.

9.1.2. O Preço proposto deverá levar em consideração tão somente o valor mensal e anual da prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência, no qual deverão estar diluídos todos os custos de encargos sociais incidentes sobre os serviços de locação dos equipamentos.

9.1.3. O preço proposto deverá levar em consideração todo e qualquer custo referente a deslocamento, frete, instalação e insumos necessários para disponibilização do serviço.

9.1.4. O Campus não pagará custos pela retirada dos equipamentos ou outros custos que vierem a incidir na prestação dos serviços, uma vez que os equipamentos permanecerão compondo o ativo da empresa.

9.1.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da empresa proponente das condições estabelecidas neste Termo de referência.

9.1.6. A definição das quantidades a serem contratados foi obtida das seguintes formas:

9.1.6.1. Através do mapeamento das áreas a serem monitoradas no prédio do IFMT – Campus Alta Floresta e do levantamento físico de cada ambiente que as constitui;

9.1.6.2. As áreas foram analisadas, de modo que fosse estabelecido pontos estratégicos para o monitoramento, objeto da contratação, conforme croquis presentes no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência;

9.1.6.3. O resultado desse levantamento de áreas é o que consta da tabela a seguir:

TABELA I: Quantificação de câmeras por ambiente do Campus.	
Piso Térreo – Saguão de entrada	TOTAL
a) Câmera 09	06
b) Câmera 12	04
c) Câmera 13	21
Subtotal:	31
2º Piso Térreo – Corredor e salas de aula	
a) Câmera 09	02
b) Câmera 11	03
c) Câmera 12	04
d) Câmera 13	02
Subtotal:	11
Piso 1º Pavimento– Bloco Administrativo e salas de aula	
a) Câmera 09	02
b) Câmera 11	05
c) Câmera 12	01
d) Câmera 13	02
Subtotal:	10
Total:	52

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10.13. São obrigações da Contratante:

10.13.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.13.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.13.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.13.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.13.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de

2010;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

11.8.1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.8.2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.8.3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

11.8.4) certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

11.8.5) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.24. A empresa contratada ficará sujeita a providenciar demais materiais não elencados mas que sejam necessários para atingir o objeto da presente contratação.

11.25. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.25.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.25.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.26. A Contratada deve cumprir todas as obrigações, deste termo de referência, dos seguintes tópicos:

a) **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;**

b) **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO;**

c) **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO;**

d) **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS;**

e) **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA.**

f) **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. **Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.**

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações

técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto neste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

14.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

14.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.3. a utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. Da aferição dos serviços e da adequação dos pagamentos:

15.1.1. Os serviços serão aferidos pela FISCALIZAÇÃO do contrato, quantitativamente e qualitativamente, nos últimos cinco dias do período de avaliação;

15.1.2. A FISCALIZAÇÃO do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle dos serviços, conforme modelo constante do Anexo deste Termo de Referência.

15.1.3. A FISCALIZAÇÃO do contrato determinará a adequação do pagamento de acordo com os descontos estabelecidos através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

15.1.4. Para os descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), através de adequação do pagamento, não será necessário a abertura de Processo Administrativo Sancionador.

15.2. Do Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Indicador	
Avaliação da qualidade dos serviços prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento dos critérios e serviços relacionados neste Termo de Referência
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectivas da administração
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo constante no anexo do Termo de Referência
Forma de acompanhamento	Realização mensal de inspeção, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados e avaliações, constantes do Termo de Referência, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$\% \text{ de serviços adequados executados dentro do mês de referência (total de serviços adequados executados dentro do mês de referência / total de serviços estabelecidos por período) } * 100$
Início de Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	<ul style="list-style-type: none">• 90% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura;• 80% a 89% dos serviços = recebimento de 95% da fatura;• 70% a 79% dos serviços = recebimento de 85% da fatura;• 60% a 69% dos serviços = recebimento 80% da fatura.
Sanção	Conforme Item 21 do Termo de Referência.

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.3.1. não produziu os resultados acordados;

15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos

termos abaixo.

16.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo

de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.5.1. O prazo de validade;

17.5.2. A data da emissão;

17.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

17.5.4. O período de prestação dos serviços;

17.5.5. O valor a pagar; e

17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando

couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo

18.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor

18.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

18.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1 Para a presente contratação não haverá exigência de garantia contratual da execução.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa**:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

(1) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela01	
Grau	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela02		
INFRAÇÃO		
ITEM	CORRESPONDÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.15. As disposições constantes deste item são complementadas pelas constantes no Manual de Procedimento de Aplicação de Sanções Contratuais no Âmbito do IFMT.

21.CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a **03 (três) ANOS**, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

21.3.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.3.1.4. **Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (TRÊS) ANOS na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos deferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (TRÊS) ANOS serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.**

21.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.3.2. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

21.3.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

21.3.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

21.3.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

21.3.2.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

21.3.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

21.3.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

21.3.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

21.3.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.;

21.3.4. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

21.3.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

21.3.6. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

21.3.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

21.3.8. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

21.3.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

21.3.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

21.3.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

21.3.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

21.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global anual do item, conforme valores máximos aceitáveis previstos no Item 1.1 deste Termo de Referência.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 5.599,65 (cinco mil e quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos)** Valor mensal e total de **R\$ 67.195,80 (sessenta e sete mil e cento e noventa e cinco reais e oitenta centavos)** Valor anual.

22.2. Para levantamento do valor estimado da contratação a ser realizada, foi utilizada a seguinte metodologia:

22.2.1. 1º Passo: foi realizado o levantamento dos pontos estratégicos necessários para instalação das câmeras para a captação das imagens de monitoramento;

22.2.2. 2º Passo: foi elaborado um croqui com a planta das áreas do IFMT – Campus Alta Floresta, e alocado os pontos para a instalação das câmeras;

22.2.3. 3º Passo: foi realizada pesquisa de mercado no Painel de Preços do Ministério da Economia, nos termos do Inc. I do Art. 2º da IN SLTI nº 05/2014, e solicitações de preços de contratações no mercado da região, para a obtenção dos valores de contratação praticados no mercado e contratados por outras Instituições.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 158972/26414;
Fonte: 1000000000;
Programa de Trabalho: 1710009;
Elemento de Despesa: 33.90.39-77;
PI: L2ORLP0101N.

Declaramos, com base nos estudos realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a esta instituição.

24. ANEXOS

24.1 São parte integrante deste Termo de Referência os seguintes anexos:

24.1.1. ANEXO A - MODELO DE TERMO DE VISTORIA

24.1.2. ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO (CASO OPTE PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA)

24.1.3 ANEXO C - MODELO DE FICHA DE INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS

Alta Floresta – MT, 04 de março de 2023.

Equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Elisani Josele Rodrigues de Matos Santos
Setor de Compras - Administradora
Siape nº. 3292466

Indianara Cristiny Franco Rodrigues
Chefe Departamento de Administração e Planejamento
Siape nº 1007323

Aprovação do documento pelo Ordenador de Despesas da UASG:

1. Considerando o atendimento aos requisitos legais, bem como a necessidade de contratação dos serviços elencados no instrumento de planejamento acima, APROVO o presente Termo de Referência.

2. Ao setor de licitações para elaboração do Edital do certame.

Marcos Luiz Peixoto Costa
Diretor-Geral IFMT – Campus Alta Floresta
Ordenador de Despesas

ANEXO A
MODELO DE TERMO DE VISTORIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com endereço _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do documento de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, em cumprimento ao Edital do Pregão , DECLARA, que vistoriou as instalações do espaço físico do IFMT – Campus Alta Floresta, situada na Rodovia MT-208, S/N, Lote 143-A, Alta Floresta/MT, CEP: 78.580-000, para prestação de serviços de fornecimento, instalação e manutenção de sistema de captação e armazenamento de imagens (CFTV), em forma de locação, e tomando conhecimento das dificuldades que possam apresentar bem como suas dimensões e demais especificações do objeto desta licitação, não podendo alegar, posteriormente, o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do Contrato que vier a ser celebrado posteriormente.

Alta Floresta/MT, _____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do representante legal

Assinatura do Responsável do IFMT – Campus Alta Floresta

ANEXO B
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO (CASO OPTE PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com endereço _____, por

intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do documento de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, assume a responsabilidade pela não verificação do local de prestação dos serviços objeto do Pregão nº xxxxx, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato, declarando, ainda, que não utilizará da ausência de vistoria do local de prestação dos serviços para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

Assinatura do Responsável Legal

Data e Local

ANEXO C
MODELO DE FICHA DE INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS

MODELO DE FICHA DE INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS				
UNIDADE:		DATA MEDIÇÃO: ____/____/____		
PROCESSO:	CONTRATO:	MÊS/ANO:		
EMPRESA:		CNPJ:		
FISCAL:		MAT. SIAPE:		
OS SERVIÇOS ABAIXO ESTÃO SENDO EXECUTADO?		SIM	NÃO	N/A*
01	Montagem, instalação e configuração			
02	Equipamento, módulo, materiais, acessórios, software e aplicativos			
03	Sistema de monitoramento por circuito fechado de TV digital (CFTV)			
04	Assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva			

*N/A = não se aplica

AVALIAÇÃO GERAL		SIM	NÃO
05	Os serviços foram executados a contento?		
Observações/justificativas – (preencher nos casos em que os serviços não estejam sendo executados a contento)			
LOCAL		DATA	CARIMBO/ASSINATURA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Elisani Josele Rodrigues de Matos Santos, ADMINISTRADOR**, em 04/04/2023 14:45:33.
- **Indianara Cristiny Franco Rodrigues, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - ALF-DAP**, em 04/04/2023 14:49:56.
- **Marcos Luiz Peixoto Costa, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - ALF-DG**, em 04/04/2023 14:50:49.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 502210

Código de Autenticação: 6871f6dedb



TERMO Nº 18/2023 - ALF-COM/ALF-DAP/ALF-DG/CALF/RTR/IFMT